



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR
DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA – DOD Nº 078/2025

INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Documento de Oficialização de Demanda (DOD), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo formalizar o pedido de necessidade da determinada secretaria, servido para subsidiar a elaboração do ETP e do TR, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelo Art. 31 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

“O procedimento para elaboração do Plano de Contratações Anual inicia-se com o preenchimento do DFD pelo setor requisitante, contendo as seguintes informações:

“I - justificativa da necessidade da contratação;” (inciso I do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023) seção 1 deste documento;

“II – descrição sucinta do objeto;” (inciso II do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023) seção 2 deste documento;

“III – tipo de item, de acordo com os Sistemas de catalogação de Material ou de Serviços, unidade de fornecimento e quantidade a ser contratada;” (inciso III do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023) seção 3 deste documento;

“IV – estimativa preliminar de valor total da contratação com a indicação do valor correspondente ao exercício financeiro do Plano;” (inciso IV do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023) seção 4 deste documento;

“V – previsão de data desejada para a contratação;” (inciso V do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023) seção 5 deste documento;

“VI – grau de prioridade da compra ou contratação;” (inciso VI do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023) seção 6 deste documento;

“VII – se há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, [...]” (inciso VII do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023) seção 7 deste documento;

“VIII – classificação orçamentária da despesa até nível de elemento e desdobramentos” (inciso VIII do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023) seção 8 deste documento;



O presente Documento de Oficialização de Demanda, tem por finalidade apresentar a equipe de planejamento de licitações, os materiais (produtos/serviços) necessários para atender as demandas exigidas e os projetos desenvolvidos por esta secretaria.

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA – DOD Nº 078/2025

São Jorge D'Oeste/PR, 09 de junho de 2025.

Requisitante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

Responsáveis:

Secretaria da pasta: CLAIR MARIANO DA COSTA - Decreto nº 4.496/2025

DESCRIÇÃO DO OBJETO

OBJETO: Pregão eletrônico, para CONTRATAÇÃO de empresa para fornecer MATERIAS ELÉTRICOS, para atender a demandas referentes a Iluminação Pública e a Manutenção em geral dos prédios públicos, conforme as demandas da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D'Oeste/PR.

1 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

(inciso I do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023)

1.1 A presente solicitação, justifica-se pelas necessidades frequentes de materiais elétricos, os quais são utilizados nos serviços de manutenção, reparos, conservação e recuperação de instalações prediais e obras públicas de domínio da municipalidade, e ainda no sistema de iluminação pública, nas ruas, praças e demais locais públicos.

1.2 Devido ao grande número de prédios e unidades que compõem a administração municipal, muitas melhorias, reformas e manutenções em gerais, são necessárias a essas edificações a fim de se manter o bom aspecto e condições de saúde e higiene.

1.3 Da mesma forma, o município apresenta um relevante aumento do número de bairros, que necessitam ser atendidos pelo sistema de iluminação pública, além da manutenção regular do sistema já instalado.

1.4 Com isso essa contratação visa subsidiar essas aquisições constantemente e parceladamente. Pois na maioria das vezes é impossível prever quais materiais serão usados nessa ou naquela reforma ou manutenção.



1.5 Ainda, a limitação de estoques, a racionalização do armazenamento, o melhor aproveitamento do espaço e a validade dos produtos, são de interesse da Administração que as contratações sejam feitas em sincronia com as regras internas de solicitação de material e com o cronograma de aquisição, sem prejuízo da manutenção do estoque mínimo em quantidades calculadas seguindo critérios razoáveis que venham permitir a segurança de atendimento da demanda.

1.6 Os valores para contratação, referência de preços, a exemplo da experiência satisfatória com o Pregão nº 060/2023, terão como base os preços sugeridos pela Tabela de Preços de Insumos do Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI ([www.caixa.gov.br / habitação / downloads/S](http://www.caixa.gov.br/habitacao/downloads/S)), bem como consultas no NOTA PARANÁ – MENOR PREÇO, ou orçamentos.

1.7 O valor a ser pago pelos materiais terá como referência os contidos na TABELA SINAPI, NOTA PARANÁ (MENOR PREÇO) ou pesquisa no próprio aplicativo de preços praticados por outros estabelecimentos e/ou orçamentos no comércio local, indicando a média de preços obtidos no momento da emissão da requisição de compra, aplicados os descontos obtidos através de disputa na licitação para cada ITEM.

1.8 O desconto inicial é com base no edital do último pregão realizado (Pregão 60/2023), o qual se obteve descontos variáveis de acordo com ITEM, ou seja, o tipo de material a ser adquirido, sendo que os contratos foram executados durante o período contratual de 2023/2024 de forma satisfatória e com preços adequados conforme o mercado local e regional.

1.9 Este formato de processo licitatório busca aumentar a competitividade dos licitantes, aumentar a variedade de produtos a serem adquiridos, haja vista a extensa gama de materiais utilizados para manutenção e principalmente a economicidade dos produtos que desta forma são adquiridos com preços e marcas pertinentes ao mercado e ideal utilização pela municipalidade. E para tanto, manteve-se como porcentagem de desconto inicial o edital que norteou o pregão 060/2023.

1.10 Todos os produtos objetos deste certame deverão sempre observar os dispostos nas normas e diretrizes do **INMETRO**.

1.11 Os produtos, são de natureza comum, conforme as características descritivas no inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

2 – DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO.

(inciso II do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023)

2.1 Abaixo, relacionou-se os produtos que necessitam serem adquiridos, bem como as suas características a serem consideradas aceitáveis na proposta:



| ITEM | CÓD. EQUIP | NOME DO PRODUTO | DESCRIÇÃO DE PRODUTOS |
|------|------------|--|--|
| 1 | 64738 | MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO GERAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS | MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO GERAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS |
| 2 | 66465 | MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA |

3 – TIPO DE ITEM, DE ACORDO COM OS SISTEMAS DE CATALOGAÇÃO DE MATERIAL OU DE SERVIÇOS, UNIDADE DE FORNECIMENTO E QUANTIDADE A SER CONTRATADA.

(inciso III do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023)

3.1. Classificação do tipo do item:

3.1.1 Os produtos objetivados por esta contratação, no momento da efetivação da requisição, não poderá ser aqueles diferentes dos descritos e classificados como produtos comuns, quanto as suas características intrínsecas e extrínsecas, quando comparadas aquelas descritas no inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021 e em conformidade com a exortação do §2º do Art. 42 do Decreto nº 3.927/2023, e no Art. 20, da lei nº 14.133/2021.

Isto posto, não poderão ser adquiridos itens, que se enquadram no conceito de bens de luxo, nos termos do Art. 41 do Decreto nº 3.927/2023, de modo que se assim o forem, enfrentam as vedações de contratação dispostas no Art. 43 do mesmo decreto.

3.2 Da definição pela unidade de compra e quantidade dos produtos.

3.2.1 A requisição do produto se dará por unidade do produto, sempre atendendo as solicitações da requisitante.

3.2.2 O quantitativo não está especificado uma que pretende-se uma contratação por valor global, embora com valor limitado para o período de vigência programado.

3.3 Justificativa de quantitativo:

3.3.1 O valor máximo estipulado, visa atender a demanda da Administração, independentemente do local ou da Secretaria Administrativa, órgão ou ainda qualquer outra especificação do organograma municipal, desde que atenda o interesse público e seja aplicado em dependências públicas.

4 – ESTIMATIVA PRELIMINAR DE VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO COM A INDICAÇÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO PLANO.

(inciso IV do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023)

4.1 Com o objetivo de contratar pelo valor global, foi realizado o levantamento dos valores efetivamente requisitados nos contratos anteriores.

4.1.1. A estimativa da quantidade a ser contratada e a descrição com os respectivos valores a serem contratados estão apresentados abaixo:



| ITEM | CÓD. EQUIP | NOME DO PRODUTO | DESCRIÇÃO DE PRODUTOS | PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO | VALOR GLOBAL |
|------|------------|--|--|-------------------------------|----------------|
| 1 | 64738 | MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO GERAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS | MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO GERAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS | 8% | R\$ 460.000,00 |
| 2 | 66465 | MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 8% | R\$ 300.000,00 |

Diante do exposto, estima-se o valor máximo para esta contratação, correspondente a **R\$ 760.000,00 (Setecentos e sessenta mil reais)**.

5 – PREVISÃO DE DATA DESEJADA PARA A CONTRATAÇÃO.

(inciso V do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023)

Considerando que não a necessidade de existir contrato vigente para atender as demandas das secretarias, orienta-se para a realização do certame e consequentemente a contratação dentro de 60 (sessenta) dias a contara da data desta Oficialização de Demanda.

6 – GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA OU CONTRATAÇÃO.

(inciso VI do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023)

6.1 – Graduação da necessidade de contratação:

Define-se um **alto grau de prioridade** para a realização do certame para a futura contratação. Justifica-se o grau de prioridade, frente ao tempo necessário para a realização de pregão eletrônico, para buscar a melhor proposta para o fornecimento. E na condição de esgotada a vigência dos contratos anteriores para o objeto em questão.

7 – SE HÁ VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM A CONTRATAÇÃO DE OUTRO DFD PARA SUA EXECUÇÃO.

(inciso VII do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023)

Neste momento, e no contexto de execução do objeto, não se atribui vinculação por dependência deste DOD com outro, ainda que por solicitação de outra Secretaria Municipal, para a realização do processo licitatório.

8 – CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA ATÉ NÍVEL DE ELEMENTO E DESDOBRAMENTOS.

(inciso VIII do Art. 31 do Decreto nº 3.927/2023)

Conforme Mapa de disponibilidade orçamentária abaixo, elaborado pelo serviço contábil, sob a responsabilidade do servidor o Sr. Ivanir da Silva, como se vê:



Município de São Jorge D'Oeste - 2025

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 12/06/2025

EXCERTE

Código / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso / P. PADRONIZADO / ANEXO / DOD / DOD / 1

01 GOVERNO MUNICIPAL

001 Secretaria Geral de Governo

| | |
|------------------|---|
| 04.122.0003.2000 | Manutenção dos órgãos de Assessoramento do Prefeito |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 00180 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |
| 04.122.0003.2004 | Manutenção da Chefia de gabinete |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 00070 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |
| 04.122.0003.2009 | Manutenção da Secretaria Geral de Governo |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 00070 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |
| 04.122.0003.2008 | Manutenção do Gabinete do Prefeito |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 00480 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |

02 SECRETARIA DE ASSUNTOS SOCIAIS

001 Departamento de Projetos Sociais

| | |
|------------------|---|
| 06.240.0012.8009 | Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 00680 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |
| 06.244.0012.2014 | Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes Sociais |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 00680 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |
| 00800 | E 00504 0504/0000/0000 Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias |

003 Centro de Referência em Assistência Social - CRAS

| | |
|------------------|---|
| 06.245.0012.2018 | Manutenção do CRAS |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 01130 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |

04 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO

001 Departamento de Planejamento e Controle

| | |
|------------------|---|
| 04.121.0017.2019 | Manutenção da Unidade de Planejamento e Controle |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 01380 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |

002 Unidade de Turismo e Desenvolvimento

| | |
|------------------|---|
| 22.025.0017.2004 | Manutenção da Unidade de Turismo e Desenvolvimento |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 01650 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |
| 01820 | E 00504 0504/0000/0000 Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias |

Unidade por: IVANIR DA SILVA, responsável 3537 e

E - Grupo de fonte do exercício / SA - Grupo de fonte de exercícios anteriores

Município de São Jorge D'Oeste - 2025

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 12/06/2025

EXCERTE

Código / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso / P. PADRONIZADO / ANEXO / DOD / DOD / 1

02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

001 Departamento de Administração

| | |
|------------------|---|
| 04.122.0004.2058 | Serviços Administrativos |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 01800 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |
| 01810 | E 00504 0504/0000/0000 Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias |

002 SECRETARIA DE AGRICULTURA E RUSTICIDADE

001 Departamento de Agricultura

| | |
|------------------|---|
| 20.493.0016.2039 | Manutenção da Unidade Agropecuária |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 02070 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |
| 02080 | E 00504 0504/0000/0000 Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias |
| 20.493.0016.2041 | Programa de melhoramento genético e fornecimento de produtos pecuários |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 02080 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |
| 02770 | E 00504 0504/0000/0000 Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias |

03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREAÇÃO

001 Departamento de Educação

| | |
|------------------|---|
| 12.361.0013.2046 | Manutenção do Ensino |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 03000 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |
| 03000 | E 00102 0102/0001/0000 Fundo 40% |
| 03000 | E 00102 0102/0001/0000 Fundo 40% |
| 03040 | E 00104 0104/0101/0000 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica |
| 03060 | E 00107 0107/0001/0000 Salário-Educação |
| 03080 | E 00504 0504/0000/0000 Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias |
| 12.361.0013.2047 | Transporte Escolar |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 03010 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |
| 03020 | E 00105 0105/0101/0000 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB |
| 03030 | E 00104 0104/0101/0000 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica |
| 03030 | E 00104 0104/0101/0000 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica |
| 03040 | E 00504 0504/0000/0000 Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias |

005 Departamento de Cultura

| | |
|------------------|---|
| 13.362.0014.2052 | Departamento de Cultura |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 03730 | E 00000 00000101/0000 Recursos Ordinários (União) |

Unidade por: IVANIR DA SILVA, responsável 3537 e

E - Grupo de fonte do exercício / SA - Grupo de fonte de exercícios anteriores



Município de São Jorge D'Oeste - 2025

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 12/06/2025

ESTRUTURA

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (P. PADRONIZADO/ ORIGEM APURADA DESPESAS)

| | | | | |
|---|----|-------|----------------|--|
| 05/30 | EA | 00000 | 0000010/0000 | Recursos Ordinários (Linha) |
| 006 Departamento de Esportes | | | | |
| 27.312.0015.2050 | | | | Atividades Esportivas |
| 3.3.90.30.00.00 | | | | MATERIAL DE CONSUMO |
| 00250 | E | 00000 | 0000010/0000 | Recursos Ordinários (Linha) |
| 01 SECRETARIA DE SAÚDE | | | | |
| 001 Departamento de Administração em Saúde | | | | |
| 10.301.0011.2050 | | | | Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde |
| 3.3.90.30.00.00 | | | | MATERIAL DE CONSUMO |
| 04010 | E | 00000 | 0000010/0000 | Recursos Ordinários (Linha) |
| 04061 | E | 00000 | 0000012/0000 | Salário - Recursos Vinculados (E.C. 29/93 - 15%) |
| 02 SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS | | | | |
| 002 Departamento de Infra-estrutura Rural | | | | |
| 28.702.0030.2050 | | | | Manutenção de Obras de Viação |
| 3.3.90.30.00.00 | | | | MATERIAL DE CONSUMO |
| 04200 | E | 00504 | 0504/9999/0000 | Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Presidenciais |
| 04200 | EA | 00504 | 0504/9999/0000 | Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Presidenciais |
| 04840 | E | 00511 | 0511/010/0000 | Taxas - Prestação de Serviços |
| 04840 | E | 01045 | 1045/010/0000 | Outras Recursos não Vinculados |
| 003 Departamento de Serviços Urbanos | | | | |
| 15.451.0070.2050 | | | | Serviços Urbanos |
| 3.3.90.30.00.00 | | | | MATERIAL DE CONSUMO |
| 05020 | E | 00000 | 0000010/0000 | Recursos Ordinários (Linha) |
| 05020 | EA | 00000 | 0000010/0000 | Recursos Ordinários (Linha) |
| 05030 | E | 00504 | 0504/9999/0000 | Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Presidenciais |
| 05030 | EA | 00504 | 0504/9999/0000 | Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Presidenciais |
| 15.452.0070.2050 | | | | Fundo Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos |
| 3.3.90.30.00.00 | | | | MATERIAL DE CONSUMO |
| 05150 | E | 00504 | 0504/9999/0000 | Outras Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Presidenciais |
| 05200 | E | 01045 | 1045/010/0000 | Outras Recursos não Vinculados |
| 15.453.0070.2070 | | | | Manutenção do Corpo de Bombeiros Comunitário |
| 3.3.90.30.00.00 | | | | MATERIAL DE CONSUMO |
| 05300 | E | 00000 | 0000010/0000 | Recursos Ordinários (Linha) |

Elaborado por: IVANIR DA SILVA, na versão: 0537 e

E - Grupo da fonte de execução / EA - Grupo da fonte de execução anteriores

Município de São Jorge D'Oeste - 2025

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 12/06/2025

ESTRUTURA

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (P. PADRONIZADO/ ORIGEM APURADA DESPESAS)

Contas de despesa

Saldo do cálculo: 12/06/2025

Contas de despesa: 165, 270, 310, 400, 580, 580, 580, 1130, 1280, 1620, 1630, 1830, 1810, 2570, 2690, 2790, 3020, 3030, 3040, 3050, 3060, 3310, 3320, 3330, 3340, 3730, 3850, 4010, 4060, 4030, 4040, 4050, 5020, 5030, 5150, 5200, 5300



MUNICÍPIO DE

SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA

DOD Nº 078/2025

Padronização 01/2025 – **Modelo** aprovado pela Secretaria de Administração e pela Controladoria Interna. Janeiro/2025.

RESPONSÁVEIS:

Os agentes responsáveis nas funções de Gestor do Contrato; Fiscal Administrativo; Fiscal Técnico e Fiscal Setorial do contrato, são aqueles nomeados pela Administração Municipal, no Decreto Nº 4591/2025.

RECONHECIMENTO DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA:

Por fim requer que seja enviado o feito a divisão de licitações, para prosseguir a fase interna e de planejamento e demais atos necessários visando à elaboração do Processo Administrativo, nos termos da Lei 14.133/21, regularizada pelo Decreto nº 3.927/2023.


CLAIR MARIANO DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS.

Decreto nº 4.496/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) Nº 034/2025 - A

INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).

“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).

“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;

“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;

“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;

“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 4 deste documento;



“III – levantamento de mercado, [...]” (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 5** deste documento;

“VI – estimativa do valor da contratação, [...]” (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

“IV – descrição da solução como um todo, [...]” (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

“VII – justificativa para o parcelamento ou não da solução;” (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

“X – demonstrativo dos resultados pretendidos, [...]” (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

“XI – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, [...]” (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

“VIII – contratações correlatas e/ou interdependentes” (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 11** deste documento;

“XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, [...]” (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 12** deste documento;

“XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.” (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 13** deste documento;

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos, considerando o problema administrativo representado no seguinte questionamento:

Como manter a área urbana do Município, nas questões de organização, embelezamento, permissividade de uso de calçadas, ciclovias, adequação a locomoção de pessoas com deficiência, adequação da rede de escoamento de águas pluviais, meio-fio nos limites das ruas e entradas de garagem, sinalização, endereçamento, iluminação pública, coleta de lixo, arborização, ruas e avenidas para o trânsito veicular, segurança na movimentação dos pedestres, áreas de estacionamento, problemas em virtude do crescimento do número de habitantes, desenvolvimento empresarial, crescimento exponencial da frota de veículos em circulação? Enfim, a questão urbanística, na sua complexidade, envolve várias situações que necessitam de uma estruturação e planejamento de execução de ações, que por sua vez, impõem à Administração Pública à responsabilidade de manutenção, conservação, e até



mesmo para realizar alterações que se fizerem necessárias e se mostrarem-se assertivas. Nesse contexto insere-se este Estudo técnico Preliminar (ETP).

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao interesse público.

Para tanto, em relação aos estudos da problemática dos **SERVIÇOS URBANOS**, e para manter um padrão da corrente de análises e ponderações, a estrutura organizacional deste ETP, será dividida em capítulos, para melhor contextualização e interação entre os problemas e as suas soluções, quando se trata de insumos, produtos e serviços, que estão em sintonia com o Gerenciamento das ações da secretaria municipal responsável pelos serviços urbanos.

Isto posto, orienta-se para seguinte estrutura do documento:

CAPÍTULO 1: Considerações gerais, inerentes a Gestão dos Serviços Urbanos em toda a sua amplitude, imprescindíveis a qualquer contratação a ela direcionada, seja para o seu uso, manutenção, limpeza, guarda, até mesmo alterações.

- Seção 1: Descrição das necessidades de contratações.
- Seção 2: Das demonstrações das previsões de contratações no PCA (Plano de Contratação Anual).
- Seção 3: Descrição dos requisitos da contratação necessárias e suficientes à escolha da solução.

CAPÍTULO 2: Análises individualizadas por objeto: MATERIAIS ELÉTRICOS.

- Seção 4: Estimativa da quantidade a ser contratada.
- Seção 5: Levantamento de mercado.
- Seção 6: Estimativa do valor da contratação.
- Seção 7: Descrição da solução como um todo.
- Seção 8: Justificativa para o parcelamento ou não da solução.
- Seção 9: Demonstrativo dos resultados pretendidos.

CAPÍTULO 3: Ações e posicionamentos do Estudo Técnico Preliminar, frente às pretensas contratações.

- Seção 10: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato,
- Seção 11: Existência de contratações correlatas e/ou interdependentes.



- Seção 12: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras.
- Seção 13: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação.

CAPÍTULO 1

Considerações gerais, inerentes a Gestão dos Serviços Urbanos em toda a sua amplitude, imprescindíveis a qualquer contratação a ela direcionada, seja para o seu uso, manutenção, limpeza, guarda, até mesmo alterações.

SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

1.1. Contexto da Situação Problema:

A Gestão Municipal, tem a obrigação de manter as condições de urbanização dos espaços e logradouros públicos, de forma a dar condições de utilização ou a sua usufruição, por parte dos munícipes, na sua totalidade, até mesmo para justificar as cobranças de taxas e contribuições de melhorias. Outro sim, ainda em relação às obrigações da Gestão Municipal no tocante a questão “urbanismo”, é imperativo a preocupação constante visando a renovação dos elementos, substituições de danificados, plante e replante de canteiros, conservação e recuperação de estradas (asfalto e calçamento com pedras irregulares), limpeza e sinalização de praças, ruas e avenidas, tornando o ambiente urbano, aconchegante, limpo e organizado. Bem como cabe a Gestão, promover em termos de utilizações de insumos e nos casos de necessidade de manutenções, de forma eficiente e eficaz no desenvolvimento dos trabalhos, esperando consequentemente, resultados efetivos pelas soluções adotadas.

Não obstante, registra-se a necessidade de contratações de empresas privadas, para atender as inúmeras demandas que envolvem todas as questões relativas ao urbanismo, independentemente de onde estão alocadas as demandas, e indiferentes se a serviços ou a produtos, ou ainda, quanto à organização, ou a manutenção e recuperação do meio urbano.

Apenas para exemplificar, certo de que não se tem a pretensão de ser exaustivo, lista-se abaixo, produtos e serviços que tem relação direta com a gerência dos serviços urbanísticos, a saber:

Meios-fios; paver e lajotas de concreto; tinta para pinturas; grades para “boca de lobo”; insumos para jardinagem; plantio, replantio e poda de árvores urbanas; conservação e implantação de iluminação pública; sinalização e endereçamento de ruas e bairros; serviços de limpeza de ruas e praças; serviços de conservação das ruas e avenidas, coleta de lixo, entre outros serviços, insumos e produtos relacionados e necessários para gestão do urbanismo do Município de São Jorge D'Oeste/PR.



Somam-se ainda, atenção às questões de:

Local para guarda de equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços em tela.

Verifica-se então, que as pretensas contratações com relação direta e indireta à gestão do urbanismo municipal, interessam tanto a população que será beneficiada com os serviços prestados, quanto, às respostas às questões propostas e objetivadas pela governabilidade, bem como, suportaram os interesses e as condições de governança da Gestão Administrativa Municipal.

É imperativo que a Administração, oportunize as contratações necessárias e pertinentes à continuidade dos serviços públicos urbanos.

No desempenho das atividades públicas o Gestor dos serviços urbanos, deve tomar por base determinação legal, mormente os preceitos e princípios lógicos que norteiam a gerência dos bens públicos de uso comum, pois a Administração Pública, no contexto contemporâneo, marcada pela evolução dos padrões de controle, deve sempre importar-se com a economicidade e o resultado efetivo de suas ações. Igualmente a gestão dos serviços urbanos, perpassa por contratações pautadas em princípios elencados na Constituição Federal, principalmente os citados ao caput do art. 37, sendo a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, e a eficiência, além de outros, todos voltados para um bem maior que se tutela, que é o plena conservação e manutenção dos bens públicos de uso comum, colocados à disposição da população.

Consiste assim, especificamente no que concerne ao Princípio da Eficiência, o Município precisa estar preparado para gerir de forma precisa o patrimonial, recursos e as políticas públicas.

Portanto, é necessário que o Município disponha de um Gestor dos serviços urbanos, que além de promover o gerenciamento das demandas, mantenha sistema de verificação das condições dos espaços urbanos e as suas funcionalidades, de modo que estejam sempre conservados e em condições de uso.

Nestas considerações, há a necessidade de a Administração Municipal, dispor de diversas contratações, para que a gestão dos serviços urbanos, não enfrente situações de impossibilidade ou ainda de dificuldades operacionais, provocadas por falta de planejamento nas contratações públicas.

1.2 - Justificativa da Contratação:

1.2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL prover com eficácia, a capacidade da gerência dos serviços urbanos, para atender a demanda de serviços públicos dependentes do uso dos elementos (insumos, produtos e serviços), independente de em qual áreas do perímetro urbano, ou ainda qualquer que seja o tipo de demanda a ela relacionada.



1.2.2. Conforme competências atribuídas nos termos do inciso I do ART. 41 da Lei nº 776/2017, cabe à Secretaria de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos, a gerencia dos serviços urbanos no Município de São Jorge D'Oeste/PR.

1.2.3 A presente contratação, é indispensável e por vezes, deveria ser mantido contrato vigente, com saldo a requisitar a tempo integral, pois trata-se de um produto/serviço, singular para a operacionalização dos serviços urbanos.

1.2.4. Desta forma, espera-se os seguintes benefícios:

BENEFÍCIO 1: Prover, mesmo que por um procedimento impulsionado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, quando nos termos do art. 192 do decreto Municipal nº 3.927/2023, condições de execução das diferentes demandas apresentadas pela gerencia dos serviços urbanos do Município;

BENEFÍCIO 2: Quando avaliada as demandas dos serviços urbanos, que seja para cada um dos produtos ou dos serviços, mas que prevejam as conexões com outras demandas que poderão surgir como efeitos ou consequências, ou até mesmo, para que seja considerada a amplitude conjunta das soluções, que por fim poderá resultar em economia de aplicação de recursos públicos;

BENEFÍCIO 3: Reduzir os gastos com inúmeros certames durante um período orçamentário, tornando todo o sistema de contratações municipal mais eficiente e eficaz;

BENEFÍCIO 4: Manter contrato vigente em quantidades a requisitar que venham atender a demanda em tempo real, não comprometendo os serviços públicos;

BENEFÍCIO 5: Permitir a eliminação da necessidade de impulsionar procedimentos na modalidade de dispensa em caráter de urgência, sem verdadeiramente se tratar de urgência, sendo apenas provocadas por deficiência no planejamento;

BENEFÍCIO 6: Reduzir as interrupções dos serviços públicos, através da implantação e aplicação eficaz do Sistema de Gerenciamento de demandas, para canalizar solicitações demandadas;

BENEFÍCIO 7: Ainda na questão sistema gerencial, é possível através do planejamento, se antecipar a várias situações que tem potencial a se tornar problemas, e deste modo, conduzir ações e contratações que minimizem ou até eliminem a ocorrência destas situações complexas.

1.3 A ausência de contratações com objetos necessários ao atendimento as demandas dos serviços urbanos, acarretará inúmeras situações problemas, impactando diretamente a população, comprometendo a Administração como um todo.

1.4. As contratações deverão ser concentradas, considerando volumes suficientes a evitar fragmentações em licitações individualizadas a cada um dos insumos produtos ou serviços destinados a atender as demandas localizadas nesta área.



1.5 A recepção, a guarda, a marcação se possível dos produtos contratados deverá ocorrer no Almoxarifado Central, para posteriormente ser colocado à disposição das demandas originadas pelas diferentes secretarias e ou departamentos, para oportunizar o controle eficiente do estoque e das possibilidades de requisição quando de adoção de Sistema de Registro de Preços nas contratações.

SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

2.1 Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.1.1 A presente contratação está prevista de maneira generalizada no PCA 2024/2025 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE.

2.1.2 A presente contratação está prevista no item SETORES CONTEMPLADOS do PCA 2024/2025.

2.2 Alinhamento Estratégico:

2.2.1. Esta pretendida contratação não apresenta conformidade com os Programas e Ações do PCA 2025.

SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Os requisitos necessários à contratação, com vistas ao atendimento da demanda, são os Seguintes:

3.1 Requisitos mínimos de qualidade:

A presente contratação deverá atender, incluindo os requisitos mínimos do Termo de Referência, a proposta mais vantajosa mediante competição, zelando-se sempre pela contratação da melhor qualidade possível com o menor preço. A descrição dos requisitos no Termo de Referência deve se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade, garantindo-se a competitividade da contratação e a maior eficiência possível.

3.2 Requisitos normativos e legais:

A presente contratação deverá atender ao que determina a Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

3.6 Requisitos de sustentabilidade:

A CONTRATADA deverá desempenhar suas atividades dentro da legislação vigente, pertinentes ao objeto pretendido, priorizando por requisitos tais como:



- Adoção e Implementação da Logística Reversa;
- Gestão de resíduos sólidos – Destinação/disposição final adequada de resíduos sólidos e rejeitos;
- Plano de gerenciamento de resíduos sólidos nos casos estabelecidos pela Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (obras de engenharia);
- Licenciamento ambiental nos casos previstos em lei;
- Cadastro Técnico Federal em atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais;
- Certificação florestal em produtos desta origem;
- Uso consciente da água;
- Outorga de água nos casos previstos em lei;
- Atendimento à legislação vigente de lançamento de efluentes líquidos;
- Atendimento à legislação vigente de qualidade do ar em casos de emissões atmosféricas;
- Manutenção periódica de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos/líquidos;
- Redução de impactos ambientais;
- Mitigação/compensação de impactos ambientais;
- Eficiência energética;
- Uso consciente de recursos naturais;
- Origem sustentável dos recursos naturais utilizados;
- Produtos, equipamentos e serviços que possibilitem a redução do consumo de energia e recursos naturais;
- Tecnologias limpas;
- Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial;
- Atendimento aos critérios de acessibilidade.

CAPÍTULO 2

Análises individualizadas por objeto: MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E MANUTENÇÃO ELÉTRICA DOS PRÉDIOS E LOGRADOUROS MUNICIPAIS.

SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

4.1 Identificação da necessidade do objeto:



4.1.1. A estimativa da quantidade a ser contratada é justificada nos termos deste ETP, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021. A descrição com os respectivos quantitativos a serem contratados estão apresentados abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO DE PRODUTOS | UND. | Valor |
|------|---|------|------------|
| 1 | Materiais para manutenção geral (ILUMINAÇÃO PÚBLICA) Percentual de desconto para produtos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, denominada TABELA SINAPI (%) / ou três orçamentos de licitações (Banco de preços) que comprova valor já adquirido em compras governamentais. | UN | 460.000,00 |
| 2 | Materiais para manutenção geral (ELÉTRICO) Percentual de desconto para produtos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, denominada TABELA SINAPI (%) / Nota Paraná - Menor Preço ou três orçamentos de licitações (Banco de preços) que comprova valor já adquirido em compras governamentais. | UN | 300.000,00 |

4.3 Histórico de Licitações:

4.3.1 A seguir é apresentado o histórico das últimas licitações referente a aquisição dos produtos objeto desta licitação:

| Licitação | Objeto | Vigência |
|-------------|-----------------------------------|--|
| PE 024/2023 | Materiais para iluminação pública | 28/03/2023 à 28/03/2024 |
| PE 060/2023 | Materiais para manutenção geral | 02/06/2023 à 01/06/2024 – 29/05/2024 à 29/05/2025 |

*Informações coletadas em 21/05/2025.

4.4 Histórico de Consumo durante o período de vigência:

4.4.1. Na tabela abaixo é possível estar verificando os valores consumidos em cada licitação:

| Licitação | Valor Contratado | Saldo da Licitação | Valor Utilizado | Consumo (%) |
|-------------|------------------|--------------------|-----------------|-------------|
| PE 024/2023 | 200.000,00 | 68.659,24 | 131.340,76 | 65,67 |
| PE 060/2023 | 200.000,00 | 101.538,90 | 98.461,10 | 49,23 |

*Informações coletadas em 21/05/2025.

4.5. Justificativa de quantitativo:

4.5.1. Ao analisar o histórico de contratações é possível verificar que para o PE nº 024/2023 houve o consumo de 65,67% do saldo contratado;

4.5.2. Para o PE nº 060/2023 foi possível verificar após consulta ao relatório de compras, que, no primeiro ano houve o consumo de apenas R\$ 51.179,99 (cinquenta e um mil, cento e setenta e nove reais e noventa e nove centavos), ou seja, apenas 25,58% do valor contratado. Logo, percebeu-se a oportunidade de transformar a ata em contrato, o que permitiu sua utilização por mais um ano.

4.5.3. Com o início de uma nova gestão, optou-se por realizar uma nova contratação;

4.5.4. A vigência aqui sugerida é de 36 (trinta e seis) meses, justificada pelo fato de tratar-se de um objeto, cuja a necessidade é contínua e permanente.



4.5.5. O aumento nos valores solicitados se justifica tendo em vista o prazo para a nova contratação ser de 36 (trinta e seis) meses, os quais foram baseados no consumo anual de cada contratação, admitindo uma margem de segurança de aproximadamente 15 %.

4.5.6. Também é necessário lembrar que a estrutura do Município está em crescimento, fato este que reforça a importância do presente objeto para que não falem os materiais necessários para possíveis manutenções e novas instalações.

SEÇÃO 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se os seguintes cenários possíveis para a solução do problema apresentado:

5.1. **Cenário 01** – Aquisição dos produtos, objeto desta licitação, descrevendo todos os possíveis itens e quantidades considerados necessários.

Este cenário possui a vantagem de solicitar a compra de produtos já definidos em descritivo e quantidade.

No entanto, entre as *desvantagens* está a possibilidade de necessidade de compra de produtos que não foram licitados, gerando atrasos nas manutenções/consertos e/ou processos de compra direta, por exemplo, fugindo do planejado pela administração.

5.2. **Cenário 02** – Aquisição dos produtos, objeto desta licitação, contratando um valor total, o qual irá sofrendo redução conforme a utilização, aplicando sobre o valor dos itens o desconto previsto em contrato.

A *vantagem* neste cenário, consiste em não correr o risco de não ter licitado os materiais necessários.

Já como *desvantagens*, são por assim dizer, um maior trabalho na fase de execução, onde os orçamentos deverão ser coletados e analisados caso a caso, aplicar o desconto previsto em contrato e só então gerar o pedido de compra após aprovação do secretário (a) e fiscal responsável.

SEÇÃO 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

6.1. O preço total estimado da contratação é de R\$ 760.000,00 (Setecentos e sessenta mil reais).

SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).



7.1 Identificação de soluções:

7.1.1. Por meio deste estudo, por meio de questionamentos a partir do contexto atual e dos posicionamentos em relação aos serviços públicos, foram verificados alguns benefícios quando do seu gerenciamento, bem como os possíveis cenários, para fundamentar decisões que podem ser tomadas pela Administração, nas futuras contratações de insumos, produtos e serviços para atender a demandas dos serviços públicos, isto, para suportar uma visão de diferentes possíveis soluções.

7.1.2. Assim, foi identificada a seguinte solução:

7.1.3. **SOLUÇÃO 1:** Aquisição dos produtos, objeto desta licitação, descrevendo todos os itens e quantidades considerados necessários.

Esta é uma solução, que no momento é INVIÁVEL, pois por se tratar de uma variável considerável de produtos existentes no mercado, corre-se o risco de não licitar todos itens necessários, ou até mesmo, ter uma quantidade limitada para compra.

7.1.4. **SOLUÇÃO 2:** Aquisição dos produtos, objeto desta licitação, contratando um valor total, o qual irá sofrendo redução conforme a utilização, aplicando sobre o valor dos itens o desconto previsto em contrato.

Esta solução é a mais VIÁVEL no momento, pois não se corre o risco de não ter licitado os produtos necessário em determinado momento/situação.

7.2 Análise comparativa dos cenários e solução.

7.2.1. Para escolher o melhor tipo de solução a contratar, realizou-se uma análise comparativa entre os cenários discutidos, levando em consideração os aspectos técnicos e econômicos, referenciados no §3º do Decreto Municipal 3.927/2023, e mensurados a partir dos critérios elencados no art. 11 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

7.2 Definição da solução escolhida

7.2.1. Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:

7.2.1.1. Conforme já descrito no cenário 2: contratação de empresa para fornecimento de materiais para execução de manutenção e reparos nos prédios e logradouros municipais, e também na rede de iluminação pública municipal, bem como para realizar serviços de instalação de iluminação e pontos de energia, nos casos de: feiras, eventos e/ou festividades organizadas pela Administração Municipal, em locais abertos (ruas, praças, parques, etc).

7.3 Característica do objeto:

7.3.1 O objeto a ser contratado é de natureza Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.



7.3.2 A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

7.3.2.1. É encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;

7.3.2.2 É contínuo, sem peculiaridades ou características especiais;

7.3.2.3. É apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e

7.3.3. Sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

7.4 Definição da natureza de execução do objeto:

7.4.1 A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, já que são serviços de fornecimento contínuo aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

7.5 Modelo adotado:

7.5.1 O modelo a ser adotado para a presente contratação será a solução conforme o item 7.2.1.1, admitida para o Cenário 2, assim, pretende-se: **contratação de empresa para fornecimento de materiais para execução de manutenção e reparos nos prédios e logradouros municipais, e também na rede de iluminação pública municipal, bem como para realizar serviços de instalação de iluminação e pontos de energia, nos casos de: feiras, eventos e/ou festividades organizadas pela Administração Municipal, em locais abertos (ruas, praças, parques, etc).**

7.6 Justificativa da escolha da solução:

7.6.1 Trata-se da solução que no momento se adequa a realidade apresentada pela Administração.

7.6.2 A análise das opções oferecidas pelo mercado, conforme relatado neste ETP, demonstra que o modelo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, trata-se de uma abordagem/solução mais flexível e adaptável à realidade atual da Administração Municipal.

7.7 Regime de fornecimento:

7.7.1. A aquisição dos produtos será realizada parceladamente, conforme necessidades apontadas pelo departamento responsável.

7.8 Vigência do contrato:

7.8.1. Orienta-se para o prazo de vigência contratual de 36 (trinta e seis) meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada do Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.



7.8.2. Considerando o objeto contratado, a vigência do contrato poderá ser prorrogável, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, se comprovada a vantajosidade para Contratante e se prevalecendo o interesse público.

7.8.3. Justifica-se a vigência contratual de 36 (trinta e seis) meses, considerando as necessidades de recuperação e conservação do sistema de iluminação pública, manutenção e conservação dos prédios e logradouros públicos, e por tratar-se de um objeto cuja a necessidade é contínua e permanente.

SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

8.1. Para as contratações pretendidas para atender a demanda da gestão dos serviços urbanos municipal foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

8.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto por Item, visando maior disputa entre os participantes, e consequentemente maior economia para o Município.

CAPÍTULO 3

Ações e posicionamentos do Estudo Técnico Preliminar, frente às pretensas contratações.

SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1. Considerando que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, são apontados os resultados pretendidos, em termos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, em busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como de desenvolvimento nacional sustentável.

9.2 Assim, a presente contratação pretende alcançar o(s) seguinte(s) resultado(s):

9.2.1. Possibilitará o fornecimento adequado de insumos, produtos e serviços, possibilitando o gerenciamento, controle, redução de gastos excessivos, bem como, possibilitar organização no ambiente de trabalho.

9.2.2. Contemplará o fornecimento de material para todas as demandas em conformidade as quantidades solicitadas e necessárias, de modo a não provocar atrasos indesejáveis, ou então, a não existência de contratações vigentes para os diferentes objetos relacionados a



prestação de serviços urbanos e manutenção/conservação dos prédios e logradouros públicos.

9.2.3. Ao realizar a manutenção preventiva/corretiva das redes de iluminação pública, bem como dos prédios e logradouros públicos, a Administração estará garantindo qualidade no atendimento ao público e garantindo que as necessidades e expectativas da população sejam atendidas de forma satisfatória; bem como a melhoria dos trabalhos executados pelos servidores e a conservação do patrimônio público.

SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação.

10.2. No que tange a necessidade de serem tomadas providências para adequação do ambiente da instituição, frisa-se que não há necessidade de adequação da organização para que a contratação surta seus efeitos.

10.3. Ademais, pela característica do objeto aqui tratado, há necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

SEÇÃO 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. Para atendimento da finalidade da contratação, há contratações correlatas que deverão ser agilizadas, uma vez que se admite um olhar gerencial de modo que, chama-se a atenção da equipe de contratação para que privilegie os trâmites de todos os processos que por finalidade atendam as demandas de todas as secretarias.

SEÇÃO 12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Tendo em vista a natureza do objeto que se pretende contratar, é necessário que o Fornecedor, no âmbito de suas atividades, atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo da observância das boas práticas e das normas pertinentes, pontuados na matriz de riscos adotada para esta contratação.

12.1. ANÁLISE DE RISCO

12.1.1. A análise de riscos é o processo de compreender a natureza e determinar o nível de risco, de modo a subsidiar a avaliação e o tratamento do risco (ABNT, 2009). O risco é uma função tanto da probabilidade como da medida das consequências. Desse modo, o nível do



risco é expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento e das consequências resultantes no caso de materialização do evento, ou seja, do impacto nos objetivos. O resultado final desse processo será o de atribuir a cada risco identificado uma classificação, tanto para a probabilidade como para o impacto do evento, cuja combinação determinará o nível do risco. A identificação de fatores que afetam a probabilidade e as consequências também é parte da análise de riscos, incluindo a apreciação das causas, as fontes e as consequências positivas ou negativas do risco. Referencial básico de Gestão de Riscos, Tribunal de Contas da União (TCU), 2018.

12.1.2 Risco é o efeito da incerteza sobre objetivos estabelecidos. É a possibilidade de ocorrência de eventos que afetem a realização ou alcance dos objetivos, combinada com o impacto dessa ocorrência sobre os resultados pretendidos.

12.1.3 Gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos. É o processo que visa conferir razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos.

12.1.3. Para a análise de risco será utilizado o método qualitativo, que define o impacto versus probabilidade e, também o nível da escala de risco por qualificadores numéricos que determinarão o método qualitativo como: BAIXO, MÉDIO, ALTO, EXTREMO, facilitando com base na percepção das pessoas para análise. A relação entre os riscos e os seus componentes pode ser ilustrada por meio de uma matriz que se correlaciona com as variantes impacto e probabilidade; segue-se a imagem abaixo:



Figura 01 - Matriz de riscos simples

12.2 - MATRIZ DE RISCOS

12.2.1 Utilizando-se da matriz de PROBABILIDADE x IMPACTO, imagem abaixo, conforme orientação da equipe de planejamento de licitações desta Municipalidade, (modelado em consonância com as diretrizes de compliance da Controladoria-Geral, CGE/GO), temos a seguinte Matriz de Probabilidade x Impacto:



| Matriz de Probabilidade x Impacto | | | | | | | |
|-----------------------------------|----|--------------|------|------------|----------|----------|-------------|
| Impacto | 16 | Catastrófico | 16 | 32 | 48 | 64 | 80 |
| | 8 | Maior | 8 | 16 | 24 | 32 | 40 |
| | 4 | Moderado | 4 | 8 | 12 | 16 | 20 |
| | 2 | Menor | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 |
| | 1 | Desprezível | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | Raro | Improvável | Possível | Provável | Quase Certo |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Probabilidade | | | | | | | |

| Escala de Níveis de Risco | | |
|--|----|-----|
| (Nível de Risco = Peso Prob. x Peso Impacto) | | |
| Escala | De | Até |
| Baixo | 1 | 4 |
| Médio | 5 | 9 |
| Alto | 10 | 30 |
| Extremo | 31 | 80 |

Figura 02 - Matriz de riscos - Probabilidade x Impacto

12.2.2 A avaliação dos riscos deve seguir os seguintes passos:

- 1º). Identificar, para os riscos acima do limite, as respectivas fontes, causas e eventuais consequências sobre a organização como um todo;
- 2º). Identificar os riscos que estão abaixo do limite de exposição (**faixa laranja**); identificar, na matriz probabilidade x impacto, os riscos cujos níveis estão acima do limite de exposição ao risco; e riscos inaceitáveis, hipótese que não será admitida (**faixa vermelha** da matriz);
- 3º). Para os riscos cujos níveis se encontram na **faixa amarela** deverá ser avaliada a necessidade de monitoramento;
- 4º). Os riscos cujos níveis se encontram na **faixa verde** poderão ser aceitos.

12.2.3. Com base na análise de riscos e na sua classificação, os riscos identificados estão alinhados com os objetivos desta contratação e são assim classificados: PROBABILIDADE ALTA e IMPACTO ALTO. Como forma de mitigar o impacto do risco supramencionado seria de extrema relevância a aquisição de estações de trabalho.

12.3 ANÁLISE INDIVIDUAL DOS RISCOS

12.3.1 RISCO 1 - A não aquisição de produtos e contratação de serviços necessários para a manutenção, conservação e iluminação dos prédios, das ruas e logradouros públicos.



| Matriz de Probabilidade x Impacto | | | | | | | |
|-----------------------------------|----|--------------|---------------|------------|----------|----------|-------------|
| Impacto | 16 | Catastrófico | 16 | 32 | 48 | 64 | 80 |
| | 8 | Maior | 8 | 16 | 24 | 32 | 40 |
| | 4 | Moderado | 4 | 8 | 12 | 16 | 20 |
| | 2 | Menor | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 |
| | 1 | Desprezível | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | Raro | Improvável | Possível | Provável | Quase Certo |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | Probabilidade | | | | |

Resultado da análise:

Probabilidade 1 (Raro)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 1 – Faixa laranja: Limite máximo de exposição ao risco.

2. A falta de materiais elétricos para a manutenção e conservação da rede de iluminação pública, prédios e logradouros públicos.

| Matriz de Probabilidade x Impacto | | | | | | | |
|-----------------------------------|----|--------------|---------------|------------|----------|----------|-------------|
| Impacto | 16 | Catastrófico | 16 | 32 | 48 | 64 | 80 |
| | 8 | Maior | 8 | 16 | 24 | 32 | 40 |
| | 4 | Moderado | 4 | 8 | 12 | 16 | 20 |
| | 2 | Menor | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 |
| | 1 | Desprezível | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | Raro | Improvável | Possível | Provável | Quase Certo |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | Probabilidade | | | | |

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 4 (Moderado)

Classificação do risco: 12 – Faixa Laranja: limite de exposição ao risco.

3. Ausência de contratos (VIGÊNCIA/SALDO CONTRATUAL)

| Matriz de Probabilidade x Impacto | | | | | | | |
|-----------------------------------|----|--------------|---------------|------------|----------|----------|-------------|
| Impacto | 16 | Catastrófico | 16 | 32 | 48 | 64 | 80 |
| | 8 | Maior | 8 | 16 | 24 | 32 | 40 |
| | 4 | Moderado | 4 | 8 | 12 | 16 | 20 |
| | 2 | Menor | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 |
| | 1 | Desprezível | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | Raro | Improvável | Possível | Provável | Quase Certo |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | Probabilidade | | | | |



Resultado da análise:

Probabilidade 5 (Quase certo)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 80 – Faixa vermelha: inaceitável.

4. Comprometimento da ADMINISTRAÇÃO, pela não conservação/manutenção da rede de iluminação, dos prédios e logradouros públicos.

| Matriz de Probabilidade x Impacto | | | | | | | |
|-----------------------------------|----|--------------|---------------|------------|----------|----------|-------------|
| Impacto | 16 | Catastrófico | 16 | 32 | 48 | 64 | 80 |
| | 8 | Maior | 8 | 16 | 24 | 32 | 40 |
| | 4 | Moderado | 4 | 8 | 12 | 16 | 20 |
| | 2 | Menor | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 |
| | 1 | Desprezível | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | Raro | Improvável | Possível | Provável | Quase Certo |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | Probabilidade | | | | |

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 48 – Faixa vermelha: inaceitável.

5. Atraso na realização de processos licitatórios que evidenciam a falta de planejamento de gestão.

| Matriz de Probabilidade x Impacto | | | | | | | |
|-----------------------------------|----|--------------|---------------|------------|----------|----------|-------------|
| Impacto | 16 | Catastrófico | 16 | 32 | 48 | 64 | 80 |
| | 8 | Maior | 8 | 16 | 24 | 32 | 40 |
| | 4 | Moderado | 4 | 8 | 12 | 16 | 20 |
| | 2 | Menor | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 |
| | 1 | Desprezível | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | Raro | Improvável | Possível | Provável | Quase Certo |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | | Probabilidade | | | | |

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 4 (Moderado)

Classificação do risco: 12 – Faixa laranja: O risco deve ser monitorado.



SEÇÃO 13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

13.1. Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução: contratação de empresa para fornecimento de materiais para execução de manutenção e reparos nos prédios e logradouros municipais, e também na rede de iluminação pública municipal, bem como para realizar serviços de instalação de iluminação e pontos de energia, nos casos de: feiras, eventos e/ou festividades organizadas pela Administração Municipal, em locais abertos (ruas, praças, parques, etc), mostra-se necessária e viável tecnicamente, bem como do impacto que pode gerar no reconhecimento pela população, ao adequado atendimento às demandas apresentadas. Além do mais, os valores previstos são compatíveis e atendem à economicidade; os riscos envolvidos são administráveis; e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Assim sendo, a Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE ETP:

Jonica M. Caetano

Auxiliar Administrativo - Decreto nº 2862/2025

Clodoaldo Blank

Agente de Contratação – Fase Interna

Clair Mariano da Costa

Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças

Versão do Doc. Padrão 01/2024

São Jorge D'Oeste – PR, aos 09 dias do mês de junho de 2025.